



DELIBERAÇÕES E BREVE RELATO - REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

REALIZADA EM 13/02/2020

No dia 13/02/2020, realizou-se a reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, que deu cumprimento à pauta da convocatória, cujo resumo das deliberações está relatado a seguir.

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA NO CONTEXTO DE “CRISE FABRICADA”: Atuação da ACD Nacional e dos Núcleos nos Estados

2. CAMPANHAS PARA POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE MECANISMOS QUE APROFUNDAM O PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA: A CHAMADA “SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS” E A “REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS”

Maria Lucia Fattorelli abriu a reunião agradecendo a presença de mais de 40 colaboradores presentes, de vários estados e Núcleos, os quais têm construído e fortalecido a ACD.

Informou a sua indicação como membro da CBJP, motivo de muita honra para todos nós, conforme noticiado em <https://bit.ly/327kkFg>

Passou-se ao cumprimento da pauta, com a apresentação sobre a conjuntura, cujas telas estão disponíveis em <https://bit.ly/2T1ZSS4>

A apresentação tratou, principalmente, da estagnação econômica do país e do grave risco de aprofundamento dos danos às pessoas, à estrutura do Estado e à economia do país diante de projetos em tramitação no Congresso Nacional, os quais aumentam o privilégio da dívida pública ilegal e a garantia de pagamento privilegiado sobre todos os demais gastos, fora de qualquer teto, limite, e até por fora dos controles orçamentários:

- PLP 459/2017 e PEC 438/2018, que tratam de esquema fraudulento da chamada “SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS”, o qual DESVIA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA durante o percurso dos recursos pela rede bancária e GERA DÍVIDA ILEGAL, conforme diversos materiais em <https://bit.ly/2FXkpRC> ;

- Conexão da “Securitização” com o MODELO DE NEGÓCIOS que desvia recursos públicos de outras naturezas: Desvio de recursos de Royalties do Petróleo e participações especiais do Pré-sal <https://bit.ly/2RrdDZK> ; Desvio de recursos da exploração de Nióbio em Minas Gerais <https://bit.ly/2FZ1EgA>

- PLP 112/2019 (Câmara) e PLP 19/2019 (Senado), que colocam o Banco Central acima de tudo e de todos os poderes com a chamada “AUTONOMIA” e ainda “legaliza” a remuneração da sobra de caixa dos bancos, conforme artigos disponíveis em <https://bit.ly/2OxEGo3> e <https://bit.ly/2GrzkF0>

- PLANO MAIS BRASIL – PECs nº 186, 187 e 188/2019 - que desmontam a garantia constitucional aos direitos sociais para privilegiar ainda mais os pagamentos da dívida. Esse Plano quer cortar 25% do salário dos servidores, e acabar com os Fundos (específicos para investimentos sociais) para pagar dívida pública. Ainda rebaixa o piso constitucional da saúde e educação, e condiciona a garantia dos Direitos Sociais a um “Equilíbrio Fiscal intergeracional”, ou seja, o pagamento da questionável “dívida pública”.

Diante da necessidade de popularizar o conhecimento sobre esse conjunto de projetos, que estão conectados com o aprofundamento do modelo econômico injusto que tem privilegiado o gasto financeiro, foram feitas as seguintes deliberações:

- Foi aprovada por unanimidade a realização de Campanha Nacional que abarca os temas colocados, porque está tudo interligado, como afirmou Maria Lucia: *“Estamos submetidos a um jogo só, um único tabuleiro onde os peões são as reformas, medidas econômicas, esquemas etc. e o sistema financeiro é o dono do tabuleiro, das regras e do prêmio: só ele ganha.”*

- Os materiais da Campanha devem traduzir esses temas para a linguagem popular, no sentido de questionar o privilégio financeiro da chamada “dívida pública” sobre os direitos sociais

- Explicar que a dívida pública contém diversas ilegalidades e ilegitimidades, bem diferente da dívida entre pessoas.

- Explicar a necessidade de auditoria para demonstrar ilegalidades e ilegitimidades para enfrentar o falso debate fatalista imposto à sociedade no sentido de que “se existe uma dívida tem que pagar, e com juros”, sem questionamento algum, ainda que para esse pagamento sejam cortados direitos e garantias constitucionais das pessoas;

- Iniciar a campanha com um folheto simples, com desenho de um tabuleiro de jogo, onde cada peão representa um projeto nocivo (Reforma da Previdência, Trabalhista, Privatizações, Plano Mais Brasil, Autonomia do BC, etc.) e com a inscrição: “É hora de virar o jogo!”

Após, fazer uma imagem do tabuleiro virado, indicando que queremos outro modelo econômico que garanta vida digna para todas as pessoas. Incluir inscrições do que queremos, por exemplo: Emprego Digno; Atendimento das necessidades básicas; Respeito humano; Previdência Social Pública e solidária, etc.

Foi sugerido preparar um material em “tirinhas”, ou seja, no formato de história em quadrinhos.

- Fazer mutirão de cartas para enviar aos deputados;

- Organizar visitas para parlamentares nos estados e em Brasília;

- Verificar com advogados os temas que podem ser judicializados e preparar ações;

- Articular com as outras campanhas que também estão contra o Plano Mais Brasil, mostrando o que a população vai perder com a redução de 25% na dedicação dos servidores;

- Articular com a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, coordenada pelo COFECON e outras entidades;

- Combater também a proposta de Reforma Tributária, que não tributa os ricos e ainda ameaça a Seguridade Social;

- Ter estratégia de comunicação para enfrentar os “robôs” e demais adversários que atacam a ACD nas redes sociais (inclusive alguns que se dizem “de esquerda”), vindos de pessoas que não conhecem o funcionamento do Sistema da Dívida e não reconhecem o trabalho da ACD;

- Participar dos movimentos de 8 de março e da Greve Geral do dia 18 de março distribuindo os nossos materiais;

- Organizar panfletagens com o gráfico de pizza, que tem tido um resultado muito bom junto à população. Envolver entidades de estudantes (DCE, Grêmios Estudantis e etc.); de professores (Andes, Sinasefe, Sinpro, etc.) e trabalhadores em educação (CNTE e outras entidades).

– Dialogar com a população sobre o privilégio dos bancos e seus lucros recordes; ao mesmo tempo em que aumenta o sacrifício da população (elevado preço do gás, da gasolina, dos transportes públicos etc.), mostrando que a atuação do Sistema da Dívida está por trás disso, com as privatizações dos serviços.

– Aumentar as parcerias com Centrais Sindicais, Confederações, Sindicatos, Associações, Igrejas, Associações de Bairro. Ir para as ruas, rodoviárias, feiras etc...

– Enviar posts no WhatsApp e demais redes sociais sobre estes temas.

- Realizar concurso de redação/posts sobre assuntos ligados ao Sistema da Dívida, organizando os temas e a distribuição de prêmios de acordo com o nível de escolaridade. As entidades interessadas em participar da elaboração do Edital e definição dos prêmios podem se manifestar.

- Solicitar audiência com presidentes da Câmara (Rodrigo Maia) e Senado (Davi Alcolumbre) sobre os projetos nocivos que se encontram em andamento nas referidas casas legislativas;

- Elaborar carta pedindo apoio financeiro às entidades colaboradoras para viabilizar as ações da campanha.
- Contratação de agência de publicidade, desenhista, diagramador;
- Para melhor organizar a participação das entidades apoiadoras e pessoas voluntárias na realização da campanha, solicitamos que enviem mensagem para contato@auditoriacidada.org.br indicando em qual dos grupos abaixo querem participar:
 - Equipe dos Folhetos;
 - Equipe de Conteúdo Técnico;
 - Equipe de Advogados;
 - Equipe de Mobilização (distribuição de folhetos em eventos, Parlamento etc.);
 - Equipe de debate sobre as diretrizes do Novo Modelo Econômico que queremos;
 - Equipe do Concurso de Redação;
- Coletar assinaturas para uma CPI da Dívida Pública no Congresso Nacional (ver item 5 do relato);
- Atualizar a cartilha produzida pelo Núcleo Vitória <https://bit.ly/3bQ1ZRy> .
- Divulgar artigo sobre o racismo estrutural no Brasil <https://bit.ly/2SDb0pt> , o que está relacionado com o modelo econômico concentrador de riqueza e renda que privilegia o Sistema da Dívida;
- Participar das enquetes de votação dos respectivos projetos em andamento no Senado e na Câmara. Sugerido o voto NÃO aos projetos sobre autonomia do BC, nos links abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=135147>

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2198617>
- Divulgar Moção em apoio à Greve dos Petroleiros e demais trabalhadores de estatais ameaçadas de privatização como Dataprev, Serpro, Correios, entre outras, por sua relação direta com os privilégios do Sistema da Dívida. <https://auditoriacidada.org.br/mocao-em-apoio-a-greve-de-trabalhadoras-das-empresas-estatais/>

3. REFORMA DA PREVIDÊNCIA: PEC nº 133/2019 e consequências da EC nº 103/2019

Maria Lucia Fattorelli expôs sobre a Reforma da Previdência (PEC 6/2019, transformada na Emenda Constitucional nº 103/2019) e a PEC 133/2019 (“PEC Paralela”), já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, a qual visa estender os efeitos da reforma para estados e municípios. Mostrou a relação entre a contrarreforma da Previdência e o Sistema da Dívida: enquanto R\$ 1 trilhão é retirado da classe trabalhadora, R\$ 1 Trilhão já foi destinado à remuneração da sobra de caixa dos bancos, de forma ilegal, e o PLP 112/2019 quer “legalizar” (<https://bit.ly/2XwRPBX>)

4. CURSO SOBRE O SISTEMA DA DÍVIDA, COM FOCO NA DÍVIDA DOS ESTADOS

- Início das aulas dia 10/02/2020. Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>
- Pedimos às entidades apoiadoras que divulguem e patrocinem seus filiados, pois é fundamental o conhecimento do Sistema da Dívida e sua relação com as privatizações, cortes e contrarreformas, em especial diante do novo pacto federativo que o governo federal quer aprovar.

Maria Lucia Fattorelli agradeceu à ANFIP e Fundação ANFIP, que têm hospedado o curso em sua plataforma de Escola Virtual.

Foi proposta a realização de um novo curso da ACD, sobre o Modelo Econômico que queremos.

5. DECISÃO JUDICIAL (1ª. Instância) DETERMINANDO A INSTALAÇÃO DE CPI NO CONGRESSO NACIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL <http://ow.ly/jnqE30lqdlly>

O advogado Dr. Diego Cherulli, autor da Ação Civil Pública que pleiteia o cumprimento do Art. 26 do ADCT que determina a Auditoria da Dívida, compareceu à reunião e prestou esclarecimentos.

Informou que a ação recebeu sentença favorável em 2018, porém em menos de 8 horas o Desembargador de plantão atendeu o pedido do Poder Executivo e do Congresso Nacional para derrubar a liminar, em circunstâncias estranhas (número do processo diferente do original). Foi apresentado agravo contra a cassação da liminar. Quando for pautada a ação, poderemos fazer a sustentação oral.

Maria Lucia informou que, conforme deliberado na reunião anterior, foi enviada Carta ao Ministro Barroso (relator da ADPF 59/2004, que pleiteia também o cumprimento do art. 26 do ADCT) solicitando audiência, no sentido de pressionar o STF para que defira a ação <https://bit.ly/323KOaS>.

Foi aprovada pelos presentes a deliberação de coleta de assinaturas no Congresso Nacional para instalação da CPMI (são necessárias 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado), sugerindo-se que tal iniciativa faça parte das diversas ações relacionadas à Campanha Nacional “É hora de virar o jogo” (item 1 e 2 do presente relato). Dr. Diego Cherulli colocou o seu escritório à disposição para colaborar na coleta de assinaturas e sugeriu que os núcleos nos estados possam obter assinaturas também.

6. DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Doações podem ser feitas via PagSeguro <https://pag.ae/bhCDNmy>

Foi deliberado que nos materiais de divulgação devem constar informações sobre como se faz a doação para a ACD.

7. DIVULGAÇÃO DA CARTILHA CÍRCULOS BÍBLICOS “AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA: VAMOS FAZER?” PRODUZIDA PELA CNBB

Maria Lucia reforçou a honra dessa publicação da CNBB ter sido baseada em um de nossos textos “Brasil: realidade de abundância e cenário de escassez”

A cartilha pode ser adquirida no site da CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/produto/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer--70285>

Cumprida toda a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e participação de todos e todas, encerrando a reunião.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília-DF – CEP: 70070-939 - Edifício Ordem
dos Advogados do Brasil
Telefone (61) 2193-9731 - E-mail: contato@auditoriacidada.org.br,
www.auditoriacidada.org.br